

DUPLA JORNADA FEMININA: A DIFÍCIL TAREFA DE TER UMA VIDA PROFISSIONAL CONCOMITANTE COM A VIDA DOMÉSTICA

Gabriela C. Gomes Siqueira – Mackenzie - SP

Cynthia C. Morgensztern – Mackenzie - SP

Resumo

O objetivo deste ensaio é propor uma reflexão sobre a situação feminina. Com o advento da revolução industrial, as mulheres que antes estavam restritas somente a esfera doméstica, passaram a fazer parte da mão-de-obra de produção e assim se tornaram parte integrante da esfera pública, porém sem ter deixado de lado seus afazeres domiciliares, adotando assim uma dupla ou até tripla jornada de trabalho. O presente estudo abordou as dificuldades que mulheres encontram em administrar diferentes aspectos de suas vidas, considerando a vida profissional e o trabalho doméstico.

Palavras chave: Mulher, vida profissional feminina, dupla jornada de trabalho.

Abstract

The purpose of this essay is to propose a reflection on the female situation. With the advent of the industrial revolution, women who were previously restricted only to the domestic sphere, became part of the production workforce and thus became an integral part of the public sphere, but without leaving aside their household chores, thus adopting a double or even triple working day. The present study addressed the difficulties that women find in managing different aspects of their lives, considering their professional life and domestic work.

Keywords: Woman, female professional life, double working hours.

Introdução

O ensaio teórico apresentado traz importantes temas relacionados a dupla jornada de trabalho da mulher, que envolve basicamente as atividades profissionais e domésticas. Partindo do princípio que desde os primórdios da humanidade a mulher foi privada de desempenhar papéis no âmbito no trabalho e imposta a cuidar das necessidades do lar, torna-se obrigatória a discussão deste assunto, ainda no século XXI, propondo uma reflexão em relação a condição da mulher perante os papéis que ela exerce dignamente na sociedade.

A desigualdade de gênero se apresenta como um tema de eterna discussão, quando se fala principalmente da esfera profissional, caminhando lado a lado com outros assuntos polêmicos e não menos importantes para a nossa sociedade, fortemente passivos de preconceito, como por exemplo as diferenças raciais, econômicas, morais, religiosas e sexuais. Sendo assim, a luta pela oposição a divisão do trabalho decorrente da questão sexual, parece não ter fim, mesmo

que existam cada vez mais feministas que se mostram firmes em seus propósitos que garantir os direitos da equidade de gênero no mercado do trabalho.

O homem por sua vez, mesmo que pressionado a acatar que a mulher tem o direito de exercer atividades profissionais, tanto quanto ele, parece não querer dar o braço a torcer e acaba por discriminar muitas vezes de maneira maquiada, o ingresso dela no mercado de trabalho, bem como a necessidade da sua permanência no lar, para suprir as necessidades das tarefas domésticas e cuidados com os filhos.

A mulher ainda precisa fazer muito para conseguir verdadeiramente conquistar a equidade de gênero no mercado de trabalho e ao mesmo tempo no lar, o que consideramos neste estudo como dupla jornada, implicando ao homem o verdadeiro papel da paternidade, que não apenas de ajuda-la na criação dos filhos, como também de assumir o protagonismo, dividindo por igual as responsabilidades da casa e os cuidados com a prole.

Desta forma, este ensaio fortalece não apenas o sentido da mulher se mostrar presente e forte na sua luta pelo espaço profissional, que começou desde a época da revolução industrial e o advento do capitalismo, como também gerar uma importante reflexão sobre como pode ser visto a condição do emprego doméstico realizado atualmente em sua extrema maioria por mulheres, e por fim proporcionar ao universo masculino e machista, a necessidade da sua presença em casa seja para apoiar os filhos com questões de educação, socialização e outros temas, como rotinas diversas que atualmente são tão demandadas para as mulheres.

Revisão da Literatura

A mulher

Para que seja possível compreender a mulher é preciso ter em vista o homem, pois para Soihet (2001) o estudo de gênero é totalizante, e somente assim é possível compreender as relações de poder existentes nas interações humanas.

O papel da mulher na sociedade é marcado pela dominação masculina, para Walzer Lang (2001) as relações sociais de sexo proveniente desta dominação ocorrem de maneira a seguir o que é estabelecido como “normal”.

[...] o gênero não é tão somente social, dele participando também o corpo, quer como mão-de-obra, quer como objeto sexual, quer, ainda, como reprodutor de seres humanos, cujo destino, se fossem homens, seria participar ativamente da produção, e, quando mulheres, entrar com três funções na engrenagem descrita (Saffioti, 2011).

As funções atribuídas aos sexos veem da diferenciação biológica entre homens e mulheres, estas funções geralmente são hierarquizadas no corpo social e colocam a mulher, como ser do sexo feminino do lugar da fêmea, sendo que o homem ocupa o lugar de macho, sendo ambos seres sociais (NICOLE-CLAUDE MATHIEU, apud FALQUET, JULES, 2014).

A família é o primeiro meio de reprodução social e é por meio dela que se perpetua a desigualdade, pois em seu cerne a hierarquização dos papéis é reproduzida. Desde pequenos, meninos e meninas são ensinados e exercem papéis atribuídos ao seu sexo, o que contribui para a constituição da consciência de cada um deles. O menino por ser macho, irá exercer sua superioridade sobre a menina, que como fêmea é colocada em uma condição inferior (DRUMONT, 1980).

Tendo o machismo como sistema simbólico de poder, a mulher se encontra na condição de dominada, assim, acaba por introduzir a opressão que sofre e passa a ser uma vítima do mecanismo depreciativo que exerce controle e dominação dos indivíduos na sociedade, o que para Goffman (1972) justifica a segregação inclusive de gênero.

No sistema patriarcal a organização social ocorre de forma hierárquica, onde “as mulheres estão hierarquicamente subordinadas aos homens e os jovens estão hierarquicamente subordinados aos homens mais velhos” (MILLET, 1975). Engels (1984, p.80) descreve os papéis de homem e mulher como “na família, o homem é o burguês e a mulher representa o proletariado”, ficando assim explícita a dominação masculina sobre as mulheres.

O patriarcado teve um lento processo, pois a princípio os laços mais fortes eram entre as mães e seus filhos, deixando assim os homens de lado. Assim como ocorre hoje, o trabalho era feito principalmente pela mulher, aos homens cabiam funções que exigiam força física, tais como caçar, pescar e arar a terra. Por se tratar de tarefas que demandavam menos tempo, os homens tiveram tempo livre para criar armas e facilitar seu trabalho (MURARO, 2002, P. 63.)

Apesar da mudança de sociedade patriarcal para sociedade capitalista, as mulheres continuam responsáveis pelo cuidado da esfera doméstica ainda que tenha um trabalho fora de casa. Os homens continuam exercendo a função de provedor do sustento da casa.

Tida como mão-de-obra gratuita, o trabalho invisível das mulheres permitiu e ainda permite que as casas sejam autossuficientes, pois estas proveem o funcionamento do sistema econômico mais amplo, e que é exterior a esfera familiar.

Em decorrência do trabalho doméstico, a mulher deveria como única atividade dedicar-se ao marido e aos filhos, dando a eles todo o amor e cuidado, passando então a viver em função dos outros e não para si mesmas (ROCHA-COUTINHO, 1994).

A condição da mulher de dependente de seu marido em questões morais, econômicas, judiciais e até mesmo religiosa, colocou-a em uma situação de confinamento domiciliar, pois a demanda de trabalho com a casa, o marido e a maternidade eram enormes. Porém, para “amenizar” essa situação, lhes era concedido poder da esfera doméstica (ROCHA-COUTINHO, 1994).

Se por um lado elas estavam reclusas em casa, por outro isso mostra que algum trabalho estava sendo executado ali. Cabia então a elas administrar o lar, cuidar da educação das crianças, responsabilizar-se pelos doentes. No entanto, todos estes trabalhos não eram reconhecidos como trabalhos, pois estas eram consideradas as funções femininas, enquanto os homens deveriam ser garantidores do sustento dessa família, desempenhando assim um papel nobre e forte de provedor.

Para Rocha-Coutinho (2004) essa desigualdade nas tarefas domésticas que é vivida até hoje pelas mulheres é possível que se dê pela relutância em abandonar o controle e poder que sempre tiveram sobre a criação dos filhos e do cuidado com a casa.

O Mito de que o amor de uma mãe por seu filho é espontâneo surgiu a partir de imposições da maternidade como prioridade na vida feminina, esse cenário se deu no final do século XVIII, quando surgiram muitas publicações de incentivo ao cuidado e a amamentação dos filhos (COUTINHO, 2008).

A autora Dowling (2002) acredita que as mulheres não estão exercendo todas as suas capacidades pois são vítimas do Complexo de Cinderela, onde possuem uma necessidade íntima de serem cuidadas por um outro alguém. A autora cunhou este termo a partir de suas conclusões de que mesmo os horizontes mercadológicos e universitários estarem aberto para as mulheres, estas continuam a fazer escolhas de carreiras erradas e que pagam mal, sendo assim necessário que alguém cuide delas.

Apesar da representatividade feminina no mercado de trabalho atual, as mulheres ainda têm uma dualidade no que diz respeito a percepção que tem delas mesmas. Por desempenhar muitos papéis, horas elas se sentem valorizadas, capazes e fortes e em outras se sentem vítimas, cansadas, desvalorizadas e incapazes (ÁVILA; PORTES, 2012).

Apesar da cobrança cultural contemporânea de que a mulher tem que ser capaz de fazer tudo, muitas vezes apesar do esgotamento e da exaustão elas não deixam de exercer nenhum dos seus tantos papéis, pois os mesmos são fontes de gratificação.

Coelho (2002) acredita que a qualidade de vida das mulheres é profundamente afetada em função do ritmo altamente estressante de suas vidas. No universo feminino a família tem um espaço de destaque, principalmente na qualidade de vida que se pretende proporcionar aos filhos. Para satisfazer a tantos anseios, as mulheres acabam por adotar rotinas muito estressantes. O dia-a-dia dessas mulheres multitarefas é feito de muita correria para tentar realizar todos os afazeres que lhe cabem. A maior parte dessas mulheres consideram um grande desafio definir limites de lugar e de tempo para executar suas tarefas.

Com tantas tarefas muitas vezes as mulheres são privadas de prazer, relaxamento e até mesmo de tempo para o lazer pois o tempo “para as mulheres que trabalham e necessitam dar conta do espaço doméstico, é utilizado, via de regra, na companhia dos filhos, como forma de compensação pelos longos períodos passados longe da família” (COELHO, 2002, p. 2), existindo pouca ou nenhuma dedicação a si mesma e aos prazeres individuais da própria mulher.

A mulher e o trabalho

O termo trabalho tem sua origem no latim “*tripalium*” que era uma ferramenta usada pelos agricultores para trabalhar o milho (ALBORNOZ, 1994); já nos dicionários a palavra é explicada como um objeto de tortura, reforçando o ideário de que o trabalho remete à dor, castigo e sofrimento.

O trabalho então pode representar uma dualidade, pois ao mesmo tempo que pode gerar prazer, ajudar na construção da identidade pessoal e fornecer crescimento e desenvolvimento, ele também pode ser a fonte causadora de sofrimento ou adoecimento. O momento histórico e o

contexto em que a sociedade se encontra irão criar variações nos significados atribuídos ao trabalho (FRENCH, 1992).

O regime patriarcal legitimava a dominação masculina dentro e fora de casa, e as mulheres cabiam os papéis de submissa e dominada. Ao homem era garantida a vida pública, as relações políticas, de negócios entre outras, e a mulher cabia-lhe apenas a vida privada (RAGO, 1985). De acordo com pesquisadores, quando começaram as Guerras Mundiais (1914– 1918 e 1939– 1945) foi de fato quando as mulheres conseguiram participar do mercado de trabalho (SIMÕES; HASHIMOTO, 2012). Os homens eram enviados para a guerra e as mulheres precisaram assumir atividades que até então eram consideradas masculinas, porém, ao final de cada guerra elas tinham que retomar para suas casas, pois lá era de fato o lugar ao qual pertenciam.

Porém no final do século XIX com a revolução industrial, houve um grande crescimento tecnológico que resultou na criação de muitas máquinas que poderiam ser operadas por mulheres, então estas foram trabalhar nas fábricas (PROBST; RAMOS, 2003). Porém a visão que se tinha do papel da mulher na sociedade neste período é o da “Senhora do lar” que deveria cuidar dos filhos, maridos, parentes e da casa.

O modelo tido até então como certo, onde os homens eram os provedores e as mulheres donas de casa passou a perder sua validade (SIMÕES; HASHIMOTO, 2012). Mas para que as mulheres pudessem sair para trabalhar era necessário que alguém ocupasse seu papel na casa enquanto estivessem fora, surgem então as empregadas domésticas.

Torres (2006) afirma que o trabalho feminino intensificou a divisão sexual do trabalho e causou mudanças no contorno familiar, pois as mulheres passaram a ter menos filhos.

Essa forma particular da divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. Podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados que remetem ao destino natural da espécie (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 600).

Só foi possível o ingresso das mulheres no mercado de trabalho em função de mudanças no padrão cultural e pela necessidade de renda extra, junto a isso ocorreram movimentos em busca de equidade entre os sexos, questionamentos de estereótipos e reivindicação de direitos (GALEAZZI, 2001)

Mesmo com todo esse cenário, nas décadas de 50 e 60 ainda era inquestionável a ideia de as mulheres deveriam se casar e ter filhos cedo, pois somente com eles a mulher se sentiria realizada e a família estaria fortalecida. Nesta época, foi veiculado nas mídias internacionais que a ida das mulheres para o mercado de trabalho levaria a falta de cuidado materno e abandono dos filhos (ROCHA-COUTINHO, 1994).

Nos anos 70 e 80 esse cenário se transforma, e as lutas pelos direitos femininos, por trabalho, por equidade salarial e pela divisão do trabalho doméstico são intensificadas. Já nos anos 90, ocorreu a mundialização do capital, que gerou estagnação e/ou redução dos empregos masculinos e aumento dos empregos femininos (NOGUEIRA, 2010).

Rocha-Coutinho (2004) cita uma pesquisa feita com 25 mulheres estudantes universitárias onde se pôde constatar que muitas mulheres dão maior importância a vida profissional deixando o trabalho doméstico em segundo plano pois se dedicar exclusivamente a ele é limitar os horizontes femininos e desvalorizar as mulheres. Nesta pesquisa, elementos como realização, felicidade, crescimento pessoal e satisfação são vistos em estreita correlação com o trabalho fora de casa, e comparados com a pequenez e a limitação da “vidinha” de dona de casa.

O trabalho formal e remunerado então se tornou o centro da vida das mulheres pois sem dúvida ele é a maior conquista da vida feminina nos últimos tempos, trata-se de uma realização pessoal pois permite que as mulheres se sintam valorizadas “o entendimento do trabalho enquanto atividade emancipadora é um grande ganho para as mulheres” (COELHO *apud* FRANÇA; SCHIMANSKI, 2009, p. 77).

O trabalho da mulher é de fato o que mantém a sociedade capitalista, pois estas exercem atividades que são mantenedoras do processo de produção e ainda assim não são reconhecidas economicamente e socialmente por isso. Nogueira (2010) acredita que o capital se opõe a emancipação das mulheres, pois o sistema de dominação precisa do trabalho feminino produtivo e reprodutivo.

Para Galeazzi (2001) quando as mulheres conseguem se colocar no mercado para executar uma atividade econômica, elas já estão em desvantagem pois estão mais expostas ao risco de perder o emprego e ficam muito mais tempo buscando uma recolocação. Quando conseguem uma vaga, a desigualdade permanece na segregação ocupacional e principalmente pela remuneração inferior à dos homens.

Ainda hoje, para que uma mulher possa entrar no mercado de trabalho é preciso ver que há uma teia de reações de poder familiar que extrapola a esfera privada Andrade (2012).

Um longo caminho foi trilhado para que as mulheres tivessem direito ao trabalho remunerado, porém ainda restam inúmeros obstáculos para haja uma divisão justa de trabalho e de renda.

Dupla jornada feminina

O trabalho doméstico se trata do conjunto de todas as atividades que são realizadas na esfera privada e vão desde o cuidado das pessoas até o cuidado com a casa. Este trabalho não é remunerado além de não ser reconhecido de fato como um trabalho e realizado quase que integralmente pelas mulheres.

Santana (2006) explica que o trabalho doméstico é um trabalho não produtivo, e que não cria nenhum valor econômico, portanto é desvalorizado e até mesmo desconhecido pela sociedade, tornando-o assim um trabalho marginalizado e que não gera reconhecimento por parte do “homem da casa”. Em função deste cenário, as mulheres começaram a buscar por um espaço no mercado de trabalho a fim de contribuir com a renda da família, e realizar algum trabalho que gere um valor econômico, no entanto elas sempre se mantêm na condição de “ajudantes”.

Ainda que as mulheres tenham conquistado seu lugar na esfera pública, sua carga de trabalho na esfera privada não foi aliviada. O sistema patriarcal naturalizou o trabalho doméstico como sendo responsabilidade feminina, então a mulher passa a possuir uma dupla jornada de trabalho, onde precisa conciliar suas atividades no mercado de trabalho e as atividades domésticas.

Para Perez (2001) as responsabilidades com a família são distribuídas de forma desigual, pois trata-se de uma injustiça a mulher ser responsável por desempenhar tantos papéis sendo que todos se beneficiarem das atividades realizadas por elas.

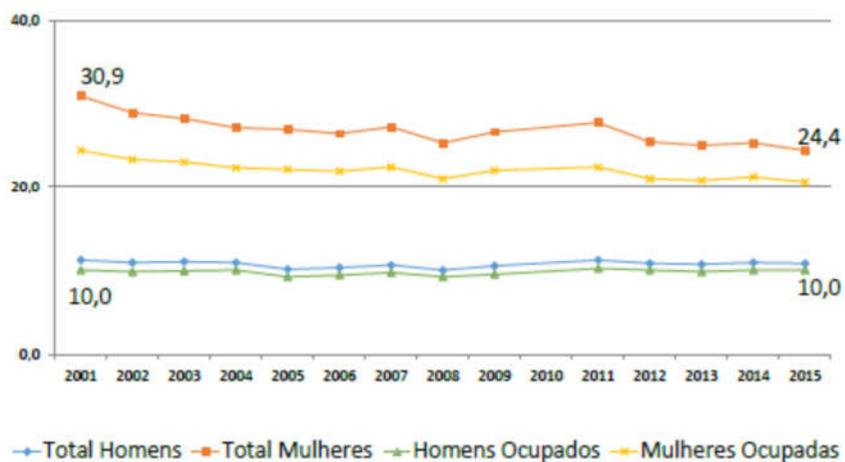
Para os homens é muito cômodo manter sua posição de hegemonia que o sistema patriarcal lhes proporcionou, pois muitos não acreditam serem responsáveis pelos trabalhos domésticos e se recusam a realizá-los como se significassem uma ofensa a sua masculinidade.

A divisão do trabalho doméstico para Venturi e Recamán (2004) é tido como um terreno de violência doméstica muito preocupante para a sociedade brasileira.

Souza-Lobo (2011) explica que a melhor maneira de evitar que as trajetórias profissionais tanto femininas quanto masculinas sejam sacrificadas em função da esfera privada é criando novas creches e serviços de assistência as crianças. Assim a tensão da dupla jornada seria aliviada e seria mais fácil de incorporar as mulheres ao mercado de trabalho (ABRAMO, VELENZUELA, 2016, p. 115-116).

Em 2017 o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (**Ipea**) divulgou um relatório onde as horas dedicadas aos afazeres domésticos haviam sido reduzidas pelas mulheres e se mantiveram estáveis para os homens. No gráfico 1 é possível observar as mudanças ocorridas.

Média de horas semanais dedicadas a afazeres domésticos da população de 16 anos ou mais de idade, por sexo e cor/raça - Brasil, 2001 a 2015



Fonte: Pnad/ IBGE Elaboração: IPEA/DISOC/NINSOC

De acordo com Rocha-Coutinho (2004) as mulheres esperam encontrar parceiros compreensivos e que ajudem nos afazeres domésticos por conta própria. As mulheres costumam ver como ajuda a participação dos homens e muitas vezes acabam fazendo tudo sozinhas pois acham que eles não fazem do jeito certo (ÁVILA E PORTES, 2012).

Para Bruschini e Lombardi (2000) o trabalho doméstico é considerado ainda hoje, uma responsabilidade das mulheres, mesmo que estas tenham um trabalho na esfera pública, porém o trabalho realizado na esfera doméstica só é considerado como trabalho de fato quando é preciso contratar alguém e pagá-lo para realizar. Sendo assim as mesmas tarefas recebem diferentes valores dependendo de quem o executa.

O acúmulo de tarefas em decorrência dessa dupla jornada faz com que as mulheres se sintam constantemente cansadas e culpadas (SANTOS, 2012). A imensa parte de trabalho que é destinado a mulher causa a sensação de incompetência, sofrimento e de desgaste, sendo assim, a conciliação das tarefas trata-se de uma penalização para as mulheres, pois em alguns casos elas assumem até mesmo uma jornada tripla (AZAMBUJA et al 2007).

Ainda que as mulheres sejam as responsáveis pelo trabalho doméstico, sua participação no mercado de trabalho é cada vez mais presente, porém, por conta do modelo patriarcal que prevalece tanto no sistema produtivo quanto no reprodutivo, as mulheres continuam sendo subjugadas pelos homens e apesar de ocuparem cargos semelhantes são menos remuneradas pelo trabalho (NOGUEIRA 2010).

Com todo este cenário de desigualdades tanto de divisão do trabalho doméstico, quanto de diferença de remuneração sob produção, o ciclo de marido provedor se perpetua, reforçando que sempre será preciso ter um companheiro para cuidar da mulher, reforçando assim o Complexo de Cinderella de Dowling (2002).

Tanta sobrecarga de trabalho resulta em falta de tempo para si mesma, e o tempo livre que as mulheres conseguem ter geralmente são usados em função das atividades do lar e de educação de seus filhos. Faz-se, portanto, necessário criar estratégias para o uso racional do tempo, para poder conciliar as diferentes jornadas enfrentadas pelas mulheres (ÁVILA, PORTES 2012). Para Fougeyrollas-Schwebel; Lépinard; Varikas, (2005) se instala uma obsessão pela programação do tempo que se torna exagerada e levam as mulheres a exaustão pois elas buscam atender ao padrão de excelência que é esperado delas.

Fabiana Alves da Costa (2018) afirma que essa conciliação entre a vida familiar e profissional causa sentimentos muitas vezes contrários, pois as mulheres não conseguem dedicar tempo suficiente para sua família e não acompanham de perto o crescimento de seus filhos, para a mulher isso é considerado uma perda, porém as mesmas não querem abandonar outras esferas da sua vida como o trabalho e os estudos e se limitar somente a esfera privada.

Ao encararem uma tripla jornada, as mulheres estão cientes de que não poderão se dedicar por completo a nenhuma delas e ainda que se dedique ao máximo, alguma esfera ficará comprometida pois notam que não vão conseguir dar conta de tudo (ÁVILA E PORTES 2012). Sendo a responsável pelo trabalho doméstico, uma mulher que queira de fato seguir seus projetos profissionais precisa criar uma rede de substituição além do cônjuge, contando com ajuda externa para que seu esquema seja infalível e ela não se prejudique (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL; LÉPINARD; VARIKAS, 2005)

MEDEIROS, MARTINS (2002) explicam que são tantas as responsabilidades imputadas as mulheres que o sofrimento e o desgaste físico provocados pela má distribuição das tarefas chegam a ser quase desumanos.

Para (ÁVILA; PORTES, 2012) as cobranças combinadas de uma tripla jornada de trabalho são motivo de sofrimento e estresse emocional, pois ainda que a mulher tente fazer uma distribuição do seu tempo, sempre haverá cobrança por parte da família que geram sentimento de incapacidade, de culpa e frustração “conciliar os três segmentos de trabalho é uma fonte de estresse, ansiedade e pressão constantes”.

Considerações Finais

Mesmo diante da força masculina imperando e presente firme nos dias atuais, nota-se por meio dos acontecimentos do mercado de trabalho e a luz da teoria, que as mulheres tem ganhado espaço na atmosfera profissional e a luta pelos direitos iguais de gênero, impulsionada pelas feministas, se faz sólida e robusta, representando uma enorme quebra de paradigmas.

De toda a forma, ainda existe um caminho árduo de luta a ser considerado, mesmo porque as forças contrárias ao movimento da equidade de gênero, aprendeu a construir discursos falsos e vaidosos, dando a entender que são favoráveis na teoria, porém na prática as condutas não se mostram compatíveis. Um exemplo claro disso são as mulheres que retornam da licença maternidade e perdem o emprego, são deslealmente demitidas, com a justificativa de que precisam cuidar dos seus filhos e não terão mais condições de trabalhar satisfatoriamente, não atendendo as expectativas dos empregadores.

A mulher trabalha para se sentir produtiva, mas não podemos esquecer que no mundo de hoje são diversos os casos de mães solteiras que precisam ser remuneradas para conseguir colocar comida na mesa e alimentarem seus filhos. Pensando sobre este prisma, ressaltam-se casos de mulheres que exercem a função de empregadas domésticas, sendo discriminadas pelos homens insensivelmente, onde após uma jornada árdua de tarefas, retornam aos seus lares para trabalhar também em suas casas e este “serviço” certamente não é reconhecido, apesar de ser interpretado pelo homem como obrigatório para elas e inerente ao gênero feminino. Toda esta situação gera uma sensação de esgotamento físico e emocional na mulher, sendo intensificado por um sentimento de culpa devido à necessidade constante de dar conta de tudo.

Existe ainda um longo caminho pela frente que a mulher sabe que precisa enfrentar e os estudos trazidos por teóricos como feito neste trabalho, somados a diversas pesquisas realizadas no mundo acadêmico, tem a finalidade de mostrar os fatos a quem é de direito, e talvez esta seja uma esperança da busca pelos direitos iguais e a distribuição da jornada de trabalho e doméstica naturalmente dividida entre homens e mulheres.

Referencial Teórico

ABRAMO, Lais; VALENZUELA, Maria Elena. Tempo de trabalho remunerado e não remunerado na América Latina—Uma repartição desigual. In.: ABREU, Alice Ranguê de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (Orgs). **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

ALBORNOZ, Suzana. Coleção primeiros passos. **O que é Trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 7ª Ed., 1994.

ANDRADE, Silvana R. “**Eu sou uma pessoa de tremendo sucesso**”: representações, identidades e trajetórias de mulheres executivas no Brasil.

ÁVILA, Rebeca C. PORTES, Élcio A. **A tríplice jornada de mulheres pobres na universidade pública: trabalho doméstico, trabalho remunerado e estudos**. Estudos Feministas, Florianópolis, 20(3): 384, setembro-dezembro/2012 p. 809-832. Disponível em: <

- http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000300011>.
Acesso em 20 de maio de 2020.
- AZAMBUJA, Eliana P. et. al. **Significados do trabalho no processo de viver de trabalhadoras de um programa de saúde da família**. Texto Contexto Enferm, Florianópolis, 2007 Jan-Mar; 16(1): 71-9. Disponível em <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010407072007000100009&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 15 de junho de 2020.
- BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. **A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo**. Cadernos de Pesquisa, n.110, p.67-104, julho, 2000.
- COELHO, Virginia Paes. **Trabalho e maternidade no cotidiano de professoras do ensino superior**. UNISA – Universidade de Santo Amaro 2002. P 1-16. Disponível em:<<http://www.cibs.cbciss.org/arquivos/TRABALHO%20E%20MATERNIDADE%20NO%20COTIDIANO%20DE%20PROFESSORAS%20DO%20ENSINO%20SUPERIOR.pdf>>.
Acesso em 20 de maio de 2020.
- COSTA, Fabiana Alves. **Mulher, trabalho e família: os impactos do trabalho na subjetividade da mulher e em suas relações familiares**, 2018.
- COUTINHO, Sabrine M. S. **“A dona de tudo”**: O que é ser mulher, mãe e esposa de acordo com as representações sociais de mulheres de duas gerações. Tese de doutorado em Psicologia. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória – Abril/2008, p 1- 415. Disponível em: <http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_2469_.pdf>. Acesso em 20 de maio de 2020.
- DOWLING, Collete. **Complexo de Cinderela**. 2002. Ed. 53 Editora: Melhoramentos. P. 222.
- DRUMONT, Mary Pimentel. **Elementos para uma análise do machismo**. Perspectivas, São Paulo, 3: 81-85, 1980. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/viewFile/1696/1377>>. Acesso em 20 de maio de 2020.
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. Ed. Civilização Brasileira S.A 9º ed. Rio de Janeiro, 1984.
- FALQUET, Jules. **Por uma anatomia das classes de sexo: Nicole-Claude Mathieu ou a consciência das oprimidas**, 2014. Disponível em: < http://www4.pucsp.br/neils/revista/vol.32/jules_falquet.pdf>. Acesso em 20 de junho de 2020.
- FRANÇA, Ana Letícia; SCHIMANSKI, Édina. **Mulher, trabalho e família: uma análise sobre a dupla jornada feminina e seus reflexos no âmbito familiar**. Emancipação, Ponta Grossa, UEPG, 2009(1): 65-78. Disponível em:<<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/687>>. Acesso em 20 de maio de 2020.
- FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique; LÉPINARD, Éléonore; VARIKAS, Eleni (Coordonné). O feminismo no plural: para pensar a diversidade constitutiva das mulheres diversidade constitutiva das mulheres. **Féminisme(s) Penser la pluralité**. Cahiers du Genre, n. 39. Disponível em:<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104026X2006000300018/7394>>. Acesso em 20 de maio de 2020.
- FRENCH, Marilyn. **A guerra contra as mulheres**. São Paulo: Nova Cultural, 1992
- GALEAZZI, Irene M. S. **Mulheres Trabalhadoras: a chefia da família e os condicionantes de gênero**. Mulher e Trabalho; FEE. Porto Alegre, 2001. P. 61-68. Disponível em: <<http://cdn.fee.tche.br/mulher/2001/artigo4.pdf>>. Acesso em 20 de maio de 2020.
- GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.
- HIRATA, Helena. KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007. Disponível

- SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre-RS, v. 1, n. 2, jul./dez., 1995.
- SIMÕES, Fatima Itsue Watanabe; HASHIMOTO, Francisco. Mulher, mercado de trabalho e as configurações familiares do século XX. **Revista Vozes dos Vales**: Publicações Acadêmicas: Universidade Federal dos Vales dos Jequitinhonha e Mucuri, Minas Gerais, v. 1, n. 2, 2012.
- SOIHET, Raquel et al. **A história das mulheres**. Cultura e poder das mulheres: ensaio de historiografia. Niterói, v. 2, n.1, p. 7-30, 2. sem. 2001. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/Pesquisa/cultgen/Documentos/historia_das_mulheres_nuteg.pdf>. Acesso em 15 de junho de 2020.
- SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos**: trabalho dominação e resistência. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.
- TORRES, Maria Adriana da S. **A divisão sexual do trabalho**: a inserção da mulher no mundo do trabalho. In: I Seminário de trabalho e gênero. 2006. Disponível em: <https://portais.ufg.br/up/245/o/stg2006_01.pdf>. Acesso em 15 de junho de 2020.
- VENTURI, Gustavo.; RECAMÁN, Mârisol (Org.). As Mulheres Brasileiras no Início do Século XXI. In: **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. p 15 – 30, 2004.